



**CARNEIRO & SOUZA**  
advogados associados

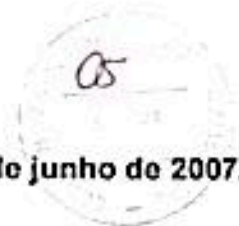
103/81

DEFESA DE AUTO DE INFRAÇÃO

Processo: 00193-1001  
Documento: 7663167 2007



Pág.: 000



Belo Horizonte, 18 de junho de 2007.

À Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM  
Presidência  
Belo Horizonte – MG

Ref.: Defesa Administrativa – Auto de Infração nº F – 00911/2007

Senhor Presidente,

1. Em 28.05.2007, a autuada — Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 33.042.730/0013-48 e com estabelecimento industrial no logradouro Casa de Pedras, s/n, Município de Congonhas /MG — foi notificada da lavratura do Auto de Infração em referência, o qual decorreu de vistoria realizada nas áreas operacionais da empresa, em particular na chamada área 32 do empreendimento.
2. O mencionado AI teve por fundamento o art. 86, inciso VI do Decreto nº 44.309, de 05.06.2006, imputando à autuada, pois, a infração de natureza grave caracterizada por *"omitir ou lançar efluentes líquidos, gasosos ou resíduos sólidos causadores de degradação ambiental, em desacordo com o estabelecido na legislação ambiental e de recursos hídricos"*, aplicando-se consequentemente a sanção de multa simples no valor de R\$ 30.001,00 (trinta mil e um reais).
3. Segundo relatado no instrumento de autuação, teria sido constatada a seguinte irregularidade:

*"Na área 32 do empreendimento, constatou-se que as baias de decantação e clarificação dos efluentes da unidade de flotação encontravam-se completamente assoreadas. Verificou-se que o efluente das baias lançado no córrego da plataforma apresentava elevadíssimo nível de turbidez e*

NAI

*sólidos suspensos, bem como flocos de material particulado, vindo a causar poluição do curso d'água afluyente do rio Maranhão."*

4. Nesse sentido, cabe à empresa destacar que deveriam ter sido consideradas, na fixação da penalidade pecuniária, as circunstâncias atenuantes previstas nas alíneas "a" e "e" do art. 69, inciso I, do Decreto nº 44.309/2006, com a seguinte redação:

*"Art. 69. Sobre o valor-base da multa serão aplicadas as circunstâncias atenuantes e agravantes, conforme o que se segue:*

*I – atenuantes:*

*a) a efetividade das medidas adotadas pelo infrator para a correção dos danos causados ao meio ambiente e recursos hídricos, incluídas medidas de reparação ou de limitação da degradação causada, se realizadas de modo imediato, hipóteses em que ocorrerá a redução da multa em até um terço;*


*e) a colaboração do infrator com os órgãos ambientais na solução dos problemas advindos de sua conduta, hipótese em que ocorrerá a redução da multa em até um sexto;*

5. Como é de conhecimento dessa Fundação, as bacias de decantação e clarificação destinam-se a conter efluentes sólidos gerados pelas atividades da empresa, evitando-se, assim, seu carreamento para os corpos d'água, sendo atualmente utilizados, na citada área 32, 4 (quatro) desses equipamentos, que captam o licor do filtrado, além de eventuais transbordos das bacias, drenos dos filtros e a água proveniente da drenagem superficial.
6. Nessa ordem de idéias, deve a autuada apresentar as medidas que serão realizadas com o objetivo de reduzir a quantidade de sólidos carregada para aquelas bacias, aumentar o tempo de residência, melhorar a sedimentação das partículas em suspensão e ainda dar melhor operacionalidade ao sistema, tudo com o intuito específico de garantir a cessação das irregularidades constatadas pela fiscalização, colaborando-se, destarte, com os órgãos integrantes do SISEMA para mitigação dos impactos ambientais constatados (cf. plano de ação anexo).
7. De fato, serão construídas 2 (duas) novas baias, cuja conclusão está prevista para agosto do ano corrente, tendo sido solicitada ao Instituto Estadual de Florestas – IEF a necessária Autorização para Exploração Florestal – APEF para o início das obras (cf. requerimento anexo), a qual foi emitidas por aquela Autarquia (doc. anexo).
8. Ademais, está prevista a introdução de um sistema de recirculação do efluente da filtragem, utilizando-se 2 (dois) tanques, um dos quais receberá a alimentação da filtragem e ainda o eventual transbordo das bacias e drenos dos filtros, insumos que serão reincorporados ao processo, ao passo que o outro acolherá o licor filtrado, que será bombeado para a barragem Casa de Pedra.



9. Outra importante providência será a intensificação da limpeza das baias, o que concorrerá para aumentar o tempo de residência, possibilitando, dessa forma, a maior decantação do material sólido para lá vertido.
10. Visando ainda a melhor adequar suas atividades no local, haverá a mudança operacional no processo de transporte de granulado da área 28 para a área 32, buscando-se, também aqui, reduzir a geração de sólidos, de um lado, e estender o período de residência, por outro.
11. Finalmente, será alterada a faixa de controle do pH do efluente da filtragem, aumentando-se a dosagem de  $\text{CO}_2$ , tudo de modo a contribuir para o processo de sedimentação das partículas em suspensão.
12. Assim, no entender da CSN, as ações acima expostas são suficientes para demonstrar que a empresa tem adotado medidas de efetiva correção dos impactos gerados ao meio ambiente e aos recursos hídricos, em decorrência dos fatos ensejadores da autuação, restando caracterizada a atenuante capitulada no art. 69, inciso I, alínea "a" do Decreto nº 44.309/2006.
13. De outro giro, há que se considerar que essas mesmas medidas deixam evidente que a autuada tem colaborado com os órgãos ambientais para solucionar os problemas indicados pelo agente fiscalizador, circunstância que também torna aplicável a hipótese de atenuação prevista na alínea "o" do mesmo dispositivo regulamentar.
14. Por tudo isso, crê a autuada fazer jus à aplicação das circunstâncias atenuantes alhures mencionadas, as quais deverão incidir de forma cumulativa, reduzindo-se o valor da sanção até o limite de 50% do valor mínimo previsto para a faixa correspondente, consoante dispõe o art. 70 do Decreto nº 44.309/2006.
15. Protesta, por fim, pela juntada de novos documentos, na forma do art. 35, § 2º, do Decreto nº 44.309/2006.

Nestes termos,  
pede deferimento.



Maurício Pellegrino de Souza  
OAB/MG 89.834